

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

PROVA OBJETIVA P₁ – CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 18

1 Ao apresentar a perspectiva local como *inferior* à
perspectiva global, como incapaz de entender, de explicar e,
em última análise, de tirar proveito da complexidade do
4 mundo contemporâneo, a concepção global atualmente
dominante tem como objetivo fortalecer a instauração de um
único código unificador de comportamento humano, e abre
7 o caminho para a realização do sonho definitivo de
economias globais de escala. Como resultado deste processo,
o “modelo econômico” alcança sua perfeição, que não é
10 somente descrever o mundo, mas efetivamente governá-lo.
E esta é a essência mesma do paradigma moderno de
desenvolvimento e de progresso, cujo estágio supremo de
13 perfeição a globalização representa.

Fica claro que a escala não poderia ser melhor ou
maior do que sendo global e é somente neste nível que a sua
16 primazia e universalidade são finalmente afirmadas, junto
com a certeza de que jamais poderia surgir alguma
alternativa viável ao sistema ideologicamente dominante
19 fundado no livre mercado, dada a ausência de qualquer
cultura ou sistema de pensamento alternativo.

Se virmos o fenômeno da globalização sob esta luz,
22 creio que não poderemos escapar da conclusão de que o
processo é totalmente coerente com as premissas da
ideologia econômica que têm se afirmado como a forma
25 dominante de representação do mundo ao longo dos últimos
100 anos, aproximadamente.

A globalização não é, portanto, um acontecimento
28 accidental ou um excesso extravagante, mas uma extensão
simples e lógica de um “argumento”. Parece realmente muito
difícil conceber um resultado final que fizesse mais sentido
31 e fosse mais coerente com as bases ideológicas sobre as
quais está fundado. Em suma, a globalização representa a
realização acabada e a perfeição do projeto de modernidade
34 e de seu paradigma de progresso.

G. Muzio. *A globalização como o estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo*. Trad. Luis Claudio Amarante. In: Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli (Org.). *Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global*. 2.ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p. 138-9 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e a aspectos lingüísticos do texto, julgue os itens seguintes.

- No texto, é apresentada, em forma dissertativa, uma análise do processo de globalização e da hegemonia, no mundo contemporâneo, do sistema econômico embasado no livre mercado.
- A direção argumentativa do texto evidencia a intenção do autor em fazer uma apologia do modelo de desenvolvimento e de progresso que a globalização representa.
- Infer-se do texto que a globalização constitui o caminho ideal para a superação do atraso econômico verificado em alguns países, cuja cultura local se mostra incapaz de compreender a complexidade do mundo contemporâneo.
- A supressão da vírgula logo após o termo “humano” (l.6) não prejudica a correção gramatical do texto.
- Mantém a correção gramatical do texto a seguinte reescrita do trecho “e abre o caminho para a realização” (l.6-7): **e deixa aberto o caminho à realização**.
- Na linha 11, não haveria prejuízo para os sentidos do texto caso o termo “mesma” fosse deslocado para antes do substantivo “essência”, dado o caráter enfático que o termo pronominal adquire no contexto.
- Mantêm-se a correção gramatical e a coerência do texto caso o trecho “cujo estágio supremo de perfeição a globalização representa” (l.12-13) seja assim reescrito: **do qual estágio supremo de perfeição é representado pela globalização**.
- No texto, o termo “primazia” (l.16) está empregado com o mesmo sentido que na frase: Segundo o presidente da República, a Organização das Nações Unidas deve deter a primazia na preservação da paz e da segurança internacional.
- Na linha 24, a forma verbal “têm”, em “têm se afirmado”, estabelece relação de concordância com o termo antecedente “ideologia”.
- O ‘argumento’ mencionado à linha 29 pode ser assim entendido: o modelo econômico embasado no livre mercado é a alternativa mais viável para o progresso e desenvolvimento mundial.

Tendo o texto apresentado como referência inicial e considerando aspectos marcantes da realidade econômica e política mundial contemporânea, julgue os itens que se seguem.

- 11 Sob o ponto de vista econômico, a globalização dos dias atuais é decorrência de um longo processo histórico, impulsionado, a partir da Revolução Industrial, pela expansão imperialista e neocolonialista iniciada em meados do século XIX.
- 12 O expressivo desenvolvimento científico-tecnológico verificado na segunda metade do século XX foi decisivo para a ampliação da capacidade produtiva e para a circulação de mercadorias e de capitais, características essenciais da economia global do tempo presente.
- 13 A eliminação do espaço de manobra dos Estados nacionais, acompanhada da dissolução dos organismos multilaterais, é a mais evidente característica política da atualidade, razão pela qual as grandes corporações econômicas ditam as regras e monopolizam o poder mundial.
- 14 A “complexidade do mundo contemporâneo”, mencionada no texto, pode ser comprovada, entre outras situações, pelo paradoxo de um discurso vigorosamente favorável ao livre comércio em meio a práticas tipicamente protecionistas, particularmente as conduzidas pelos países economicamente mais poderosos.
- 15 A crise profunda que vitimou o modelo soviético, arrastando consigo a experiência do socialismo real do Leste europeu, conseguiu retardar ao máximo o avanço do que o texto classifica como “sistema ideologicamente dominante fundado no livre mercado”.
- 16 Os êxitos econômicos obtidos pela China, nos últimos anos, devem ser explicados por diversos fatores, entre os quais se destacam o enrijecimento de sua opção pelo socialismo e a recusa em promover reformas que abrissem sua economia aos capitais privados, nacionais ou internacionais.
- 17 A força avassaladora da globalização destruiu as manifestações nacionalistas que sempre caracterizaram a história contemporânea. Assim, movimentos separatistas ou de independência nacional deixaram de existir, e os próprios governos nacionais se vêem impelidos a acatar decisões vindas do exterior.
- 18 Surgida no pós-Segunda Guerra Mundial para agir no contexto da guerra fria, a Organização das Nações Unidas (ONU) parece estar, na atualidade, em situação de crise, não sendo raras as oportunidades em que suas sugestões e decisões são desconsideradas, tal como ocorreu na última invasão do Iraque.
- 19 O Brasil, considerado país emergente, busca situar-se no mercado global altamente competitivo e tem no agronegócio um importante instrumento para melhorar seu posicionamento na economia mundial.
- 20 Na atual crise mundial de alimentos, o petróleo desempenha papel periférico porque sua interferência direta se circunscreve à área industrial, diferentemente do que ocorre com a produção de biocombustíveis a partir do milho e da cana-de-açúcar, que tem influência direta nessa crise, pois ocupa áreas antes destinadas à lavoura, como oficialmente reconhece o governo brasileiro.

Texto para os itens de 21 a 29

1 Dentro de um mês tinha comigo vinte aranhas; no
mês seguinte cinquenta e cinco; em março de 1877 contava
quatrocentas e noventa. Duas forças serviram principalmente
4 à empresa de as congregar: o emprego da língua delas, desde
que pude discerni-la um pouco, e o sentimento de terror que
lhes infundi. A minha estatura, as vestes talares, o uso do
7 mesmo idioma fizeram-lhes crer que eu era o deus das
aranhas, e desde então adoraram-me. E vede o benefício
desta ilusão. Como as acompanhasse com muita atenção e
10 miudeza, lançando em um livro as observações que fazia,
cuidaram que o livro era o registro dos seus pecados, e
fortaleceram-se ainda mais nas práticas das virtudes. (...)

13 Não bastava associá-las; era preciso dar-lhes um
governo idôneo. Hesitei na escolha; muitos dos atuais
pareciam-me bons, alguns excelentes, mas todos tinham
16 contra si o existirem. Explico-me. Uma forma vigente de
governo ficava exposta a comparações que poderiam
amesquinhá-la. Era-me preciso ou achar uma forma nova ou
19 restaurar alguma outra abandonada. Naturalmente adotei o
segundo alvitre, e nada me pareceu mais acertado do que
uma república, à maneira de Veneza, o mesmo molde, e até
22 o mesmo epíteto. Obsoleto, sem nenhuma analogia, em suas
feições gerais, com qualquer outro governo vivo, cabia-lhe
ainda a vantagem de um mecanismo complicado, o que era
25 meter à prova as aptidões políticas da jovem sociedade.

A proposta foi aceita. Sereníssima República
pareceu-lhes um título magnífico, roçagante, expansivo,
28 próprio a engrandecer a obra popular.

Não direi, senhores, que a obra chegou à perfeição,
nem que lá chegue tão cedo. Os meus pupilos não são os
31 solários de Campanella ou os utopistas de Morus; formam um
povo recente, que não pode trepar de um salto ao cume das
nações seculares. Nem o tempo é operário que ceda a outro
34 a lima ou o alvião; ele fará mais e melhor do que as teorias
do papel, válidas no papel e mancas na prática.

Machado de Assis. *A Sereníssima República (conferência do cônego Vargas)*. In: *Obra completa*. Vol. II. Contos. Papéis avulsos. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959, p. 337-8.

No que se refere aos sentidos, à organização das idéias do texto e à tipologia textual, julgue os itens de 21 a 26.

- 21 O autor do texto, por meio de narrativa alegórica, uma parábola, expõe seu ponto de vista acerca do comportamento humano e da organização política e social.
- 22 Infere-se da leitura do texto que dois fatores se destacam nas relações sociais de poder: a unidade lingüística e o sentimento de medo incutido no outro.

- 23 Para o criador da sociedade das aranhas, a prática das virtudes é condição natural dos que crêem em Deus.
- 24 Na frase “E vede o benefício desta ilusão” (l.8-9), o narrador dirige-se diretamente às aranhas.
- 25 No texto, uma característica da república escolhida para ser instaurada na sociedade das aranhas é explicitada na expressão “sem nenhuma analogia, em suas feições gerais, com qualquer outro governo vivo” (l.22-23).
- 26 No texto, a comparação estabelecida entre o tempo e um trabalhador que faz questão de cumprir, ele mesmo, o seu ofício serve de crítica aos governos vigentes, que o autor do texto considera mesquinhos.

Julgue os seguintes itens, que se referem a aspectos lingüísticos do texto.

- 27 O verbo **ter**, na linha 1, está empregado no sentido de **haver**, **existir**, por isso mantém-se no singular, sem concordar com o sujeito da oração — “vinte aranhas” (l.1).
- 28 O trecho “o que era meter à prova as aptidões políticas da jovem sociedade” (l.24-25) pode ser reescrito, mantendo-se a correção e a coerência do texto, da seguinte forma: **o de pôr à prova as habilidades políticas da jovem sociedade**.
- 29 A forma verbal “formam” (l.31) está flexionada na terceira pessoa do plural para concordar com a idéia de coletividade que a palavra “povo” (l.32) expressa.

Julgue os fragmentos de texto apresentados nos itens a seguir quanto à correção gramatical.

- 30 À despeito do aumento da taxa SELIC no mês passado, o juro real continua em queda e deve, atingir o menor nível em quase cinco anos, desde novembro de 2003. Levantamento feito pelo Estado, com base nas projeções de mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mostra que o juro real deve cair para 6,50% ao ano neste mês, levando-se em conta o atual nível da SELIC.
- 31 As negociações globais de comércio devem ganhar impulso com os novos esboços de acordo internacional sobre produtos agrícolas e industriais. Reivindicações do Brasil e de outros países emergentes foram contempladas no acordo, mas os diplomatas ainda terão de trabalhar intensamente nos próximos meses, dado o objetivo de alcançarem um acordo básico sobre a redução de tarifas e subsídios para facilitar o acesso aos mercados.

Of. n.º 005/2008 [(Órgão)]

Cidade, 8 de janeiro de 2008.

[Nome]

Diretor do Departamento de Imagem Urbana
CEP – Cidade – UF

Assunto: Gabinete de Rua

Sr. Diretor,

1. Dando início aos trabalhos desta Câmara Municipal para o ano de 2008, realizaremos o primeiro Gabinete de Rua, no dia 19 do corrente. Para tanto, solicitamos que V. S.^a expresse vossa autorização para a montagem de um estande para a realização da referida atividade na Praça das Flores (Centro), das 9 às 13 horas.
2. Informamos que o Gabinete de Rua consiste em ação de cidadania, oportunidade em que os munícipes terão acesso a alguns serviços de saúde, tais como aferição de pressão, exame de glicemia capilar, além de poderem apresentar, por meio do preenchimento de questionário, suas reivindicações para a melhoria da cidade.
3. Certos da atenção que nos será dispensada, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

[Nome]

[Vereador]

Considerando o documento acima, julgue os itens que se seguem, referentes à redação de correspondências oficiais.

- 32 Estaria garantida a adequação do assunto ao objetivo proposto no documento caso aquele estivesse assim especificado: **Solicitação de montagem de estande para evento promovido pela Câmara Municipal**.
- 33 No tópico 1 do ofício apresentado, na expressão “desta Câmara Municipal”, o termo “desta” deve ser substituído por **dessa**, visto que se refere à instituição a que pertence o remetente do ofício.
- 34 O termo “vossa”, no segundo período do tópico 1, está indevidamente empregado no documento, visto que a concordância com os pronomes de tratamento deve ser feita na terceira pessoa.
- 35 O fecho utilizado no documento não está adequado à hierarquia dos cargos, devendo ser substituído por **Respeitosamente**.

Com relação aos conceitos e à legislação aplicáveis ao controle externo e às instituições fiscalizadoras, julgue os itens a seguir.

- 36** Na hipótese de entidades fiscalizadoras superiores emitirem pareceres especializados, inclusive comentários sobre proposições legislativas, as autoridades administrativas serão obrigadas a acatá-las. Essa tarefa adicional, inclusive, deverá prevenir futuros achados de auditorias.
- 37** Na sua missão de apreciação das contas anuais dos dirigentes da República, o TCU emitirá parecer prévio específico para cada Poder, inclusive para o Ministério Público Federal, impreterivelmente até a data do recesso subsequente ao do recebimento dessas contas.
- 38** No âmbito federal, o parecer sobre as contas do TCU é de responsabilidade da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional.
- 39** O TCU é responsável pela fiscalização do cumprimento da obrigatoriedade de encaminhamento e consolidação das contas de todas as esferas da Federação.
- 40** Ainda que a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional sejam princípios institucionalizados do Ministério Público (MP), haverá membros do MP junto ao TCU, entre os quais um será escolhido ministro, periódica e alternadamente, como parte do terço que cabe ao presidente da República indicar.
- 41** A jurisdição do TCU se estende aos sucessores dos responsáveis pela aplicação de recursos repassados pela União aos demais entes, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- 42** Na hipótese de desvio de aplicações em curso, as tomadas de contas especiais serão encaminhadas imediatamente ao TCU, independentemente do valor do dano que já tiver sido causado ao erário.
- 43** Uma decisão do TCU, em processo de tomada ou prestação de contas, só será considerada terminativa quando, transcorridos cinco anos do seu arquivamento, não for possível comprovar os fatos que tenham sobrestado o seu julgamento, por indícios de irregularidades.
- 44** O conceito de irregularidade, na acepção da Lei Orgânica do TCU, é mais abrangente do que a existência de dano provocado por desfalque ou desvio de valores públicos, ou a prática de atos ilegais ou a mera omissão no dever de prestar contas. Atualmente, para julgar irregulares as contas, é suficiente a comprovação de dano provocado por ato antieconômico ou de prática de ato de gestão qualificado como antieconômico.
- 45** A fiscalização do TCU não se limita à realização da despesa; compreende também a arrecadação da receita e as próprias renúncias de receitas, inclusive a verificação do real benefício socioeconômico dessas renúncias.
- 46** Nos casos em que se constatar que o custo de uma cobrança é superior ao valor do ressarcimento devido por um agente público, em razão de irregularidade praticada, o TCU poderá cancelar o débito, mas o respectivo processo não poderá ser arquivado.

- 47** O pagamento integral e tempestivo de multa imposta ao agente público no caso de contas julgadas irregulares modifica o julgamento quanto à irregularidade das contas.
- 48** As informações solicitadas à fazenda pública e encaminhadas ao TCU, protegidas por sigilo fiscal, para apuração de infração administrativa, poderão ser retransmitidas, em caso de solicitação, a outro órgão ou entidade fiscalizador(a) da administração pública federal.
- 49** A gestão de pessoas, no âmbito do TCU, orienta-se por um conjunto de princípios, um dos quais consiste em que todo servidor tenha acesso a informações e decisões que afetem diretamente a sua vida funcional.
- 50** Pode-se dar publicidade à ação fiscalizatória do TCU, divulgando-se informações relativas ao plano de fiscalização, desde que tal divulgação não comprometa o sigilo dos trabalhos.

Pedro é servidor público e Maria e Joana, além de amigas, são sócias-gerentes de duas empresas distintas do ramo de construção civil. Pedro, no exercício da competência do seu cargo, homologou uma licitação, do tipo técnica e preço, que visava à reforma do prédio da sua repartição pública. Houve denúncia de que a empresa de Maria teria apresentado uma proposta superfaturada da obra e de que Joana não teria participado do certame a pedido de Maria, em nome da amizade entre ambas. Diante do eventual dano ao patrimônio público, o Tribunal de Contas determinou a abertura de tomada de contas especial.

Com base na situação hipotética acima, julgue os itens seguintes.

- 51** Maria não poderá figurar no pólo passivo da tomada de contas especial, se nesta não constar a demonstração de que tenha atuado juntamente com algum agente público no evento.
- 52** Se a administração reconhecer a nulidade do procedimento licitatório, após a assinatura do contrato, não poderá, posteriormente, anular o contrato, em razão da preclusão e do ato jurídico perfeito.
- 53** Na hipótese, a própria administração pública, caso verifique que os preços apresentados são superiores aos de mercado, poderá revogar a licitação, em vez de anulá-la.
- 54** A suposta conduta de Maria, de pedir que a empresa de Joana não participasse da licitação, é considerada crime.
- 55** Se a empresa de Maria fosse a única existente no município em que a obra seria realizada, a administração poderia tê-la contratado, por se tratar de hipótese de inexigibilidade de licitação.
- 56** Se a obra mencionada tivesse sido orçada, no projeto básico, em R\$ 120.000,00, poderiam ser escolhidas as seguintes modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços e convite.

A democracia não é mais a escolha dos governantes, mas, sim, a orientação sobre como se quer ser governado. Não há função sem controle. O vetor democrático é pelo pluralismo, o que justifica a existência de vários órgãos de controle. Quanto mais democrático o Estado, maior será o número de órgãos de controle. A ligação entre democracia e legitimidade está no fato de que esta é uma qualidade do poder. A legitimação está ligada ao acesso ao poder, ao exercício do poder e, finalmente, à legitimação teleológica, pelo alcance dos resultados esperados. Não basta a legitimação formal, mas, sim, a legitimação substantiva, que se faz pela participação, pela processualidade aberta e pelo resultado.

Diogo de Figueiredo Moreira Neto. **Palestra proferida no I Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública**, organizado pela Editora Fórum (Belo Horizonte) na cidade do Rio de Janeiro, em 2/8/2004 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem.

- 57** Conforme a lei geral do processo administrativo no âmbito federal, a legitimidade ativa para atuar como interessado foi estendida às pessoas ou associações legalmente constituídas quanto aos direitos difusos.
- 58** O direito de petição, independentemente do pagamento de taxas, não se estende ao TCU, já que este é um órgão da administração desprovido de competência extroversa.
- 59** Julgado improcedente, no âmbito judicial, com trânsito em julgado, um pedido de reparação de danos proposto pela União contra um servidor público, sob o fundamento de inexistência de autoria, não estaria impedido o TCU, no exercício do seu direito constitucional de controle da administração pública, de determinar a esse mesmo servidor a reparação do dano, pelo mesmo fato.
- 60** A instauração, pelo Tribunal de Contas, de tomada de contas especial em que se vise à reparação de dano ao erário público impede que o Ministério Público possa ingressar com ação civil pública com o mesmo objetivo.
- 61** Quando defende o controle exercido pelos diversos órgãos da administração como forma de concretização do princípio da democracia, o autor do texto acima admite que problemas semelhantes possam encontrar soluções diferentes, o que viola a Constituição Federal.
- 62** O pluralismo político é arrolado, na Constituição Federal, como princípio fundamental
- 63** A Controladoria-Geral da União exerce o controle externo dos órgãos do Poder Executivo, sem prejuízo das atribuições do TCU.
- 64** O Conselho Nacional de Justiça, no exercício de suas atribuições institucionais, pode quebrar sigilo fiscal, telefônico ou bancário, já que é um órgão do Poder Judiciário.

O TCU, no exercício de sua competência administrativa, emitiu uma resolução que disciplina o recebimento de denúncias anônimas no âmbito daquele tribunal e de toda a administração pública, em face de fatos que causarem prejuízos econômicos à União.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 65** Contra essa resolução, não cabe ação direta de inconstitucionalidade.
- 66** A denúncia anônima, por violar a garantia constitucional de vedação ao anonimato, não pode ser aceita nem mesmo para iniciar um procedimento investigativo sigiloso, voltado a apurar a existência dos fatos apontados pelo denunciante.
- 67** As resoluções não são atos administrativos propriamente ditos, pois elas, por si sós, não criam, modificam ou extinguem direitos, sendo consideradas atos normativos.
- 68** O Congresso Nacional tem competência para, por meio de resolução, sustar o ato normativo mencionado em sua totalidade.

Um parlamentar apresentou projeto de lei ordinária cujos objetivos são regular integralmente e privatizar a titularidade e a execução dos serviços públicos de sepultamento de cadáveres humanos, diante da falta de condições materiais de prestação desse serviço público de forma direta. Aprovado pelo Poder Legislativo, o referido projeto de lei foi sancionado pelo chefe do Poder Executivo.

Com base na situação hipotética descrita acima, julgue os itens subsequentes.

- 69** O projeto de lei mencionado no texto é de competência material do municípios.
- 70** A sanção ao projeto de lei eliminaria qualquer inconstitucionalidade do vício da iniciativa, caso existente.
- 71** A delegação do serviço de sepultamento de cadáveres humanos, por meio de contrato de concessão, dependeria da prévia edição de lei ordinária que autorizasse essa delegação.
- 72** A concessão da execução do mencionado serviço público deve obedecer à regra de licitação, na modalidade de concorrência.
- 73** Os critérios a serem observados na escolha do concessionário que irá executar o serviço de sepultamento de cadáveres humanos são os mesmos previstos na lei geral de licitações.
- 74** O contrato de concessão, na espécie mencionada no texto, pode ser firmado com pessoas físicas ou jurídicas, ou ainda com consórcios.
- 75** Seria lícito ao poder concedente estipular, no edital de licitação, em favor da concessionária, a possibilidade de fontes alternativas de receita, visando favorecer a modicidade das tarifas.
- 76** O poder concedente pode intervir, por meio de decreto, na concessão, com o fim de assegurar a adequação da prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.
- 77** Com base no instituto da encampação, o poder concedente pode, independentemente de indenização ou de lei específica, retomar o serviço por motivo de interesse público.
- 78** Se a concessionária do serviço público mencionado no texto for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, a sua concessão poderá, a critério do poder concedente, ser declarada caduca, o que irá gerar a extinção do contrato de concessão.

Durante dez anos, Maria ocupou cargo de chefia na concessão de benefícios previdenciários de uma autarquia federal. Tendo em vista a divergência na aplicação de determinada norma, Maria emitiu uma ordem de serviço que disciplinava a concessão do benefício em determinadas hipóteses, acreditando que a sua interpretação, naquele caso, seria a melhor. No último mês, Maria foi substituída por Pedro, que, não concordando com aquela interpretação, resolveu anular a ordem de serviço em vigor e rever todos os benefícios concedidos com base nela.

Com base nessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 79** Considerando que a antiga interpretação fosse uma das interpretações possíveis, a primeira ordem de serviço não deveria ter sido anulada, mas sim revogada, passando a nova interpretação a incidir apenas sobre os fatos posteriores.
- 80** A anulação dos benefícios já concedidos não se submete a prazo decadencial, já que os atos ilegais devem ser anulados pela própria administração a qualquer tempo.

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva que deve ser julgada.

- 81** Lucas, titular de registro de pessoas naturais que, fez, nessa condição, um registro contrário à lei. Nessa situação, Lucas não se submeterá à regra constitucional de responsabilidade objetiva do Estado, porque ele não é um detentor de cargo público.
- 82** Joana, servidora pública federal já estável, foi aprovada em novo concurso público para o cargo de analista do TCU. Tomou posse há um ano e meio e requereu licença para tratar de assuntos particulares. Nessa situação, o pedido de Joana será concedido a critério da administração, conforme sua conveniência e oportunidade.

Frederick Winslow Taylor foi o primeiro *expert* norte-americano em racionalização e eficiência no trabalho. Seu ideário de administração, embora seja do início do século passado, foi o primeiro “manifesto revolucionário” sobre o redesenho de processos de trabalho visando aumentos radicais de produtividade e é, de longe, o mais bem-sucedido de todos até hoje.

As pressões geradas pelo aumento da competição no mundo globalizado a partir do final do século XX fizeram que a busca frenética de aumentos em eficiência passasse a ser a prioridade número um de todo executivo. No entanto, ao contrário do que dão a entender propostas modernas, supostamente revolucionárias, o tema não é novo: surgiu em 1911 com a promessa de, já naquela época, alterar para valer as concepções predominantes no mundo do trabalho. Naquela época, não havia nenhum pensamento por trás do ato de trabalhar. Trabalho era ação pura; trabalhava-se apenas. Não havia metodologia, só força bruta. Os gerentes limitavam-se a estabelecer cotas de produção, não se preocupavam com processos. Era só “o que”, não “como”. O taylorismo é o germe de todas as propostas que vieram depois para formatar realmente o ato de se produzir qualquer coisa. Gerar resultados por intermédio de pessoas. Administrar.

Clemente Nóbrega. *Taylor superstar*. In: *Exame*, 24/9/1997 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens de **83** a **90**, relativos a abordagens teóricas da administração.

- 83** A abordagem proposta por Taylor defendia que fossem priorizados na administração o empirismo e a prática, dando ênfase, desse modo, ao pragmatismo da ponta da linha e ao conhecimento já existente nos trabalhadores.
- 84** Atualmente, não há mais espaço para a utilização da teoria proposta por Taylor, em nenhum de seus aspectos.
- 85** Buscando-se gerar resultados, por intermédio de pessoas, discute-se muito o conceito de competência, que, atualmente, é adotado na gestão por competências e contempla dimensões que foram bastante enfatizadas na abordagem humanista em seu estudo da organização informal, como, por exemplo: os padrões de relações e atitudes.
- 86** De acordo com o texto em apreço, a busca por maior eficiência e produtividade nas organizações é uma tônica em diversas teorias da administração. Nesse sentido, uma das vantagens destacadas por Max Weber na abordagem burocrática é a rapidez nas decisões.
- 87** De acordo com os pressupostos da abordagem sistêmica, em uma organização que vise fazer frente às pressões geradas pelo aumento da competição no mundo globalizado, deve haver constante interação e interdependência entre suas partes integrantes. Adicionalmente, essas partes devem ser orientadas para um propósito comum, de modo a estarem com plena capacidade de influenciar e serem influenciadas pelo ambiente externo.
- 88** A abordagem contingencial abarca as contribuições de todas as demais abordagens que a antecederam, principalmente da abordagem clássica no que tange à constatação da existência de princípios universais que podem ser aplicados nos diversos níveis da organização.
- 89** A liderança centrada nas pessoas foi uma preocupação teórica de Taylor, que defendia a idéia de que resultados só podiam ser obtidos por intermédio das pessoas.
- 90** Um órgão público, que preconize o respeito ao canal de comunicação e impeça cada setor de acessar outros níveis organizacionais diferentes dos que se encontrem hierarquicamente logo acima e logo abaixo, respeitando a autoridade única do nível acima, estará de acordo com os pressupostos de Fayol em seus princípios gerais da administração no que tange à unidade de comando.

Determinada organização alterou sua estrutura organizacional. Após isso, ficou patente que, em um primeiro nível, havia uma departamentalização que buscava assegurar o poder e o prestígio das principais atividades básicas, buscando obedecer ao princípio da especialização ocupacional.

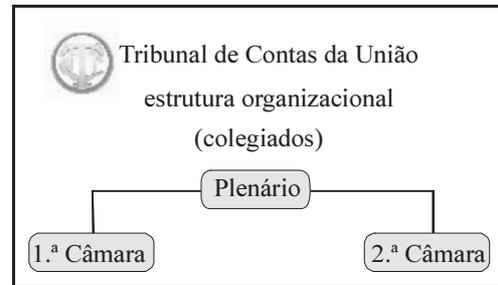
Já no segundo nível buscou-se propiciar condições favoráveis para a inovação e a criatividade, haja vista serem requeridas cooperação e comunicação dos grupos contribuintes dos setores existentes nesse nível, a saber: gerência da divisão têxtil, gerência da divisão farmacêutica, gerência da divisão química.

Acerca do modelo de departamentalização descrito na situação acima, julgue os itens a seguir, à luz dos conceitos, dos fundamentos, das escolas e das metodologias de estruturas organizacionais.

- 91** O primeiro nível descrito exemplifica uma departamentalização territorial.
- 92** Na situação descrita, o segundo nível caracteriza uma departamentalização funcional.
- 93** Uma das possíveis desvantagens do tipo de departamentalização adotado no primeiro nível é a tendência de se ter um pior cumprimento de prazos e orçamentos.
- 94** Uma das possíveis desvantagens do tipo de departamentalização adotado no segundo nível é a tendência ao aumento dos custos da organização, devido à duplicidade de atividades nos vários grupos componentes da estrutura organizacional.
- 95** Caso se tivesse uma estrutura matricial na organização em estudo, se teria como vantagem o desenvolvimento da coesão do grupo e a facilitação da comunicação do líder de um projeto com sua equipe.

Acerca do processo decisório, da descentralização e da delegação, julgue os itens que se seguem.

- 96** A princípio, um órgão público que esteja distribuído em várias regiões do país e vise diminuir seus custos com aquisição de material deve evitar a descentralização dessa atividade.
- 97** A necessidade de agilidade no processo decisório em virtude da existência de problemas localizados em regionais de um órgão público será mais bem atendida caso se adote uma postura de centralização.
- 98** Ao se delegar a responsabilidade pela tomada de decisão para o setor onde ocorre a situação-problema, busca-se eliminar as incertezas existentes no processo decisório, pois só assim se poderá tomar uma decisão.
- 99** Para a ciência da administração, realiza uma delegação o gestor que decide pela transferência de atribuições de um órgão para outro da organização.
- 100** Visando garantir o sucesso da tomada de decisão, classicamente se entende que a primeira etapa do processo decisório tem de ser o diagnóstico.



Dentro da estrutura organizacional do TCU, o colegiado mais importante é o Plenário, que é composto por 9 ministros, 2 auditores e 7 procuradores. A ele, seguem-se as 1.ª e 2.ª Câmaras, compostas, respectivamente, por 3 ministros, 1 auditor e 1 procurador, escolhidos entre os membros que compõem o Plenário do TCU, sendo que as duas câmaras não têm membros em comum. Considerando que, para a composição das duas câmaras, todos os ministros, auditores e procuradores que compõem o Plenário possam ser escolhidos, e que a escolha seja feita de maneira aleatória, julgue os itens seguintes.

- 101** O número de escolhas diferentes de auditores e procuradores para a formação da 1.ª Câmara é igual a 9.
- 102** Considere que, para a formação das duas Câmaras, inicialmente são escolhidos os três ministros que compõem a 1.ª Câmara e, em seguida, os três ministros que compõem a 2.ª Câmara. Nessa situação, o número de escolhas diferentes de ministros para a formação das duas câmaras é superior a 1.600.
- 103** Uma vez que a 1.ª Câmara já tenha sido formada, o número de escolhas diferentes de ministros, auditores e procuradores, para a formação da 2.ª Câmara, será inferior a 130.
- 104** Considere que as duas Câmaras tenham sido formadas. Nesse caso, a probabilidade de um procurador, membro do Plenário, selecionado ao acaso, fazer parte da 2.ª Câmara, sabendo-se que ele não faz parte da 1.ª Câmara, é superior a 0,15.
- 105** Considere que as duas Câmaras tenham sido formadas. Nessa situação, a probabilidade de um ministro, membro do Plenário, selecionado ao acaso, fazer parte de uma das duas câmaras é superior a 0,7.

RASCUNHO

Mateus, Marcos, Pedro e Paulo são funcionários do TCU e encontram-se uma vez por mês para exercitarem seus dotes musicais. Nesse quarteto, há um guitarrista, um flautista, um baterista e um baixista, e cada um toca somente um instrumento. Nesse grupo de amigos, tem-se um auditor (AUD), um analista de controle externo (ACE), um procurador do Ministério Público (PMP) e um técnico de controle externo (TCE), todos com idades diferentes, de 25, 27, 30 e 38 anos. Além disso, sabe-se que:

- ▶ Mateus não tem 30 anos de idade, toca guitarra e não é procurador do Ministério Público;
- ▶ o baterista é o analista de controle externo, tem 27 anos de idade e não é Marcos;
- ▶ Paulo é técnico de controle externo, tem 25 anos de idade e não é flautista;
- ▶ o procurador do Ministério Público não é baixista e não se chama Pedro;
- ▶ o auditor tem 38 anos de idade e não é baixista.

Algumas das informações acima apresentadas estão contempladas na tabela a seguir, em que cada célula corresponde ao cruzamento de uma linha com uma coluna preenchida com S (sim), no caso de haver uma afirmação, e com N (não), no caso de haver uma negação.

		IDADE				AUD	ACE	PMP	TCE
		guitarrista	baterista	baixista	flautista				
IDADE	Mateus	S						N	
	Marcos		N						
	Pedro							N	
	Paulo				N	S			S
	AUD			N			S		
	ACE		S						
	PMP			N					
	TCE								
	25								
	27		S						
30									
38									

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que

- 106 Mateus tem 38 anos de idade.
- 107 Paulo é o baixista.
- 108 Pedro tem 25 anos de idade.
- 109 o auditor é o flautista.
- 110 o procurador do Ministério Público é Mateus.

Text for items from 111 through 120

1 Around the world the public sector is under siege: taxpayers everywhere want better, cheaper government. The message is simple: tinkering with the system is not good enough. What's needed is a complete reinvention of government.

 Since the federal government initiated the National Performance Review in 1993, by most accounts progress has been
4 uneven in the implementation of the approaches developed.

 The report notes that public confidence in the federal government has never been lower. The average citizen believes 48 cents of every tax dollar are wasted. Five of every six strongly want "fundamental change". Only 20% of the people trust the
7 federal government to do the right thing most of the time — down from 76 per cent thirty years ago. The national debt now exceeds \$ 4 trillion — \$ 16,600 for every man, woman, and child.

 There is enormous unseen waste. The Audit Department has found that the Defense Department owns more than \$ 40
10 billion in unnecessary supplies. The Internal Revenue Service struggles to collect billions of unpaid bills. A century after industry replaced farming as the country's principal source of wealth creation, the Agriculture Department still operates more than 12,000 field service offices, an average of nearly four for every county in the nation — rural, urban, or suburban.

13 But the report goes farther:

*And yet, waste is not the only problem. The federal government is not simply broke; it is broken. Ineffective regulation of the financial industry brought us the Savings and Loan debacle. Ineffective education and training programs jeopardize our
16 competitive edge. Ineffective welfare and housing programs undermine our families and cities.*

 The conclusion was that the US is suffering the deepest crisis of faith in government in memory. In past crises, people doubted their leaders on moral grounds. They felt their government was deceiving them or failing to represent values. Today's
19 crisis is different: people simply feel the government doesn't work.

Don Tapscott. *The digital economy: promise & peril in the age of networked intelligence* (adapted).

Based on the text, judge the items below.

111 All over the world the public sector is besieged by those who pay taxes.

112 Reliance on the US federal government has once been higher.

113 Most people believe that near half a cent of each dollar is badly spent.

114 More than eighty percent of the people hunger for basic changes.

115 Three decades ago, at most 24% of people didn't rely on the federal government.

According to the text, it can be deduced that

116 the Internal Revenue Service has now succeeded in getting back billions of the existing debt.

117 today, the main source of wealth creation lies in the agricultural activities.

118 poor educational standards and training programs put in danger the advantage over competitors.

119 never before has the US experienced such a profound crisis of faith in government.

120 "enormous" (l.9) is the same as **large**.

PROVA DISCURSIVA P₃

- Nesta prova — que vale **vinte** pontos, sendo **dez** pontos para cada questão —, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₃**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **vinte** linhas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito no espaço correspondente do **caderno de textos definitivos**.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

Considerando que o papel dos líderes é significativo na busca da nova dinâmica do serviço público, a qual demanda uma atuação assertiva dos gestores, redija um texto em que, necessariamente, sejam apresentados:

- ▶ o conceito de liderança;
- ▶ uma descrição dos três estilos clássicos de liderança, com destaque no processo de tomada de decisão, na forma de programação e divisão do trabalho e na participação do líder, em cada um dos três estilos.

Rascunho – Questão 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

Redija um texto a respeito de cultura organizacional e de clima organizacional, em que, necessariamente, sejam apresentados:

- ▶ o conceito de cultura organizacional;
- ▶ uma descrição dos três níveis por meio dos quais a cultura organizacional de um grupo se apresenta;
- ▶ o conceito de clima organizacional e a relação entre clima organizacional e cultura organizacional.

Rascunho – Questão 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	